

Equívocos e contradições na argumentação discursiva: processos de emersão do silêncio em casos das mídias digitais brasileiras

Roberto Leiser **BARONAS***

Samuel **PONSONI****

* Doutor (2003) em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Araraquara. Pós-Doutorado (2013) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Docente da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Contato: baronas@ufscar.br.

** Mestre (2011) e Doutor (2015) em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pós-Doutorado (2015) na UFSCar. Docente da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG-Passos). Contato: sponsoni@yahoo.com.

Resumo:

No uso cotidiano da linguagem, há alguns casos de exposição de argumentos que, por mais esforços que os sujeitos façam em suas construções enunciativas, equívocos e contradições parecem retornar nesses argumentos, o que pode gerar certos desentendimentos. Essas falhas na argumentação podem e devem ser explicadas por diversas teorias dentro do escopo de estudos da linguagem. Das mais estruturais, passando pelas teorias enunciativas, às mais discursivas. Neste sentido, nos propomos neste artigo a buscar, em uma compreensão discursiva de linguagem, a saber, a da Análise do Discurso de matriz francesa, e mais especificamente a da teoria discursiva do silêncio constitutivo a todo processo de linguagem, proposta por Eni Orlandi (2007), as análises para essas falhas – ritual na elaboração dos argumentos. Para tanto, trouxemos a análise de alguns casos que se deram no que aqui chamamos de mídia digital do cotidiano brasileiro, ou seja, casos que circularam nos espaços virtuais da internet e seus diversos dispositivos enunciativos. Nessas análises de casos, buscamos, pela fórmula do silêncio constitutivo e fundante, descrita por Orlandi (2007), compreender como os equívocos e/contradições são, na verdade, a evidência e irrupção desses silêncios discursivos nos argumentos discursivos dos casos. Dessa forma, responder a essa hipótese é nosso principal objetivo neste trabalho.

Palavras-chave:

Discurso. Silêncio. Argumentos.

Signum: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 22, n. 1, p. 9-26, abr. 2019

Recebido em: 19/01/2019

Aceito em: 18/04/2019

Equívocos e contradições na argumentação discursiva: processos de emersão do silêncio em casos das mídias digitais brasileiras

Roberto Leiser Baronas; Samuel Ponsoni

O homem em silêncio é o homem sem sentido.
(ORLANDI, 2007, p. 34)

PALAVRAS INICIAIS

É possível dizer que linguistas, como Oswald Ducrot (1990, 1987),¹ pesquisador francês de grande solidez e consistência teórica no campo de estudos da linguagem, asseveram, em linhas gerais, que as argumentações, postas em jogo nos embates de qualquer natureza de interação linguística, estão na própria de língua, enquanto estruturas sintáticas e semânticas, e, assim sendo, estão à disposição dos falantes e não, como se pensam outras vertentes teóricas mais ligadas aos estudos cognitivos, na mente desses falantes ou mesmo as diferentes abordagens retóricas, sobretudo as mais tradicionais para quem os argumentos estariam à disposição dos falantes numa espécie de embornal argumentativo.

A abordagem de Ducrot, que pode ser verificada em diversas de suas obras, é uma reflexão de estudo extremamente interessante que busca apresentar e compreender como certas operações argumentativas corroboram para a eficácia da própria comunicação, seja ela em modalidades oral, seja ela em modalidade escrita. Nesse sentido, é a própria língua que disponibiliza aos seus falantes os elementos argumentativos. Entretanto, para outros tantos “veios” de pesquisa – e muitos estudos ainda no escopo das ciências da linguagem, expressão cunhada por Ducrot e Todorov, tal como os de Análise do Discurso, (doravante vez ou outra AD), principalmente a escola inaugurada pelo filósofo francês Michel Pêcheux, no final dos anos 1960, no contexto francês dos pós 1968 — a assim chamada “eficácia” de algumas argumentações não está atrelada nem à ordem exclusivamente estrutural da língua nem à ordem exclusivamente cognitiva dos falantes das distintas línguas naturais do mundo e muito menos disposta num embornal à disposição dos falantes. Aliás, em princípio, a dimensão cognitiva dessa eficácia comunicativa pouco ou em nada estava no horizonte dos

¹ Ainda que esta teorização refira-se a uma parte das pesquisas de Ducrot, algo que o próprio pensador francês, juntamente com Marion Carel, tenha reformulado em outras questões sobre argumentações, como com a teoria dos blocos semânticos. Para melhor compreensão deste movimento, recomenda-se a leitura de Machado (2015).

trabalhos de Pêcheux e seu círculo teórico (MALDIDIER, 2003), algo que a AD vai se encontrar de forma interterritorialmente nos trabalhos de Paveau (2013), só para citar um exemplo.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é trazer alguns casos de argumentos utilizados por diferentes personagens da vida pública, que se utilizaram em discursos da exposição numa aqui chamada mídia digital cotidiana brasileira. Mais especificamente, buscamos a análise de casos em que a argumentação, numa interação comunicativa, parece expor espécies de equívocos e/ou contradições, não necessariamente propositais, dos argumentadores, mas que apresentem nesses equívocos elementos significativos de ordem histórica, em que os sujeitos mostram a sua cara, isto é, de que lugar ideológico produzem sentidos.

Dessa forma, esta falha de ritual argumentativo, muitas vezes, faz sobressaltar questões que derivam pela história social, nas mais distintas conjunturas e condições materiais de produção dos fatos, abrindo a possibilidade de observações de uma série de contradições que, aqui, tentamos atrelar à teoria das formas do silêncio.

Teoricamente, nos filiaremos a teorias discursivas de base pecheuxiana, mais detidamente com uma teoria brasileira que também deriva dessas bases: a teoria do silêncio de Eni Orlandi (2007).

UMA BREVE EXPOSIÇÃO TEÓRICA: OUTROS SILÊNCIOS POSSÍVEIS NAS HUMANIDADES

Ao se pensar o objeto silêncio como processo de constituição dos discursos, sobretudo em ciências humanas, não se tem apenas a concepção discursiva desse objeto. Numa breve descrição, poderíamos dizer de diferentes teorias que buscam compreensões acerca do objeto silêncio. Parece haver “quase sempre” uma dupla instância para teorias de silêncio. Assim, no entendimento de Orlandi (2007) tem-se o silêncio e a religião: o falar/ou não falar a palavra de Deus. Quem tem direito à fala ou não tem direito à fala. O silêncio na literatura: a criação da falta e excesso de dizer. Ainda, o silêncio e a Psicanálise: a falta e o vazio. A palavra não dita, do calar, do silenciar ou ser silenciado, e um fundante, estruturante, do buraco da significação, para ficar em restritos exemplos.

Todavia, sob a perspectiva da teórica brasileira Eni Orlandi, pode-se perceber, discursivamente, os movimentos contraditórios entre sujeito e sentido (ORLANDI, 2007, p. 17). Os equívocos, as falhas e os efeitos de sentido da relação com interdiscurso, isto é, sempre a busca da compreensão dos modos de produção dos imaginários necessários para produção de sentido (ORLANDI, 2007, p. 18).

OUTRA BREVE EXPOSIÇÃO TEÓRICA: O SILÊNCIO DISCURSIVO DE ORLANDI

Na esteira do que foi dito em linhas anteriores, o que propomos aqui é a análise de algumas formas de equívocos argumentativos que se deram na mídia digital cotidiana brasileira nos últimos anos, mas o faremos a partir de uma teoria brasileira discursiva.

À luz da proposta de Baronas (2015), que busca mapear e apresentar teorias discursivas peculiarmente desenvolvidas no Brasil, levando em conta nossos *corpora* e nossas

próprias compreensões dos objetos teórico-metodológicos discursivos tem-se uma leitura acerca da teoria discursiva do silêncio, de Eni Orlandi, professora e pesquisadora brasileira de longa e sólida carreira, sobretudo na militância dos estudos discursivos de base francesa no Brasil.

Nesse trabalho, Orlandi (2007) traz como reflexão teórica o objeto silêncio, para dentro dos estudos discursivos brasileiros, como um gesto teórico-metodológico próprio de suas pesquisas. A teoria da pesquisadora brasileira não é específica e exclusivamente a língua e a fala, em que se teria o silêncio como parte linguística em uma base estrutural, não é também a competência, de uma base formalista-cognitivista, não é a interação, de uma base mais enunciativa e não o é exatamente o discurso, isto é, o discurso por si.

Nessa perspectiva, então, a teoria do silêncio de Orlandi (2007) se funda nas bases de: a) pensar o silêncio é um esforço contra a hegemonia do formalismo, porque nessa perspectiva não há espaço para o não logicamente estável; b) pensar o silêncio é um esforço contra o positivismo na observação dos fatos de linguagem; c) quando se trata do silêncio não temos marcas formais, mas pistas, traços, indícios; d) pensar o silêncio é problematizar as noções de linearidade, literalidade, completude, uma vez que a significação não se desenvolve sobre uma linha reta, mensurável, quantificável, os sentidos são dispersos; e) pensar o silêncio é colocar questões a propósito dos limites da dialogia, já que a intervenção do silêncio faz aparecer a falta de simetria entre os interlocutores. Emissor e receptor pouco o são somente decodificadores de um código comum. A relação de interlocução não é bem comportada; f) pensar o silêncio é problematizar palavras como representação, interpretação; e g) pensar o silêncio é traçar um limite à redução da significação ao paradigma da linguagem verbal, porque não há uma gramática do silêncio, uma sintaxe do silêncio.

Portanto, para a linguista brasileira, o silêncio é algo fundante de todo processo de linguagem e(m) sentidos: “Quer dizer é a matéria significativa por excelência, um *continuum* significativa” (ORLANDI, 2007, p. 29), pois, em vez de pensar o silêncio como falta, passa-se a pensá-lo como excesso, uma unidade e uma contradição já desde sempre presente, já lá, nas formulações, nas articulações e nos processos de interação discursiva por meio do transparente e do opaco da linguagem.

A aparente unidade discursiva que os sujeitos levam a cabo em suas enunciações já é o silenciado da divisão e da contradição. A ideologia² se constrói justamente na materialidade

² Embora seja um conceito extremamente caro a toda sorte de estudos sociais, não vamos nos ater detidamente a esse conceito. Porém, podemos dizer que para a AD, especificamente, sobretudo via Michel Pêcheux, além da questão dos esquecimentos ideológico 1 e 2, Pêcheux (1988) busca novas compreensões para as descrições-interpretações de ideologia, ao colocá-la como fundamental na relação com a linguagem, materializada na língua, nos processos discursivos. Os sentidos aparecem para os sujeitos como uma evidência, como se sempre já estivessem ali, prontos para serem dispostos e significar o mundo à sua perspectiva. A ideologia, como objeto de interpretação dos sentidos para os sujeitos, se manifesta na linguagem como uma transparência, apagando ou emergindo elementos da ordem da história como algo naturalizado. A ideologia “apaga” as contradições sociais e as faz parecer naturais, sempre já lá. O trabalho da ideologia é criar condições imaginárias entre sujeitos e sentidos. Sujeitos e sua real condição.

da língua com a materialidade da história. O efeito de sujeito como interlocutor se constrói no processo de acesso aos sentidos necessários, na relação entre o dito e o silenciado, o qual, por sua vez, parece se expor na evidência por meio de equívocos que surgem nas interações de linguagem (ORLANDI, 2007, p. 20-21).

Nesse sentido, diferentemente de outras teorias em que se busca aquilo que foi silenciado nos discursos, como as de Ducrot (1987), com sua teoria polifônica-enunciativa, posto, pressuposto e subentendido, os implícitos dos enunciados, em que o silêncio é dado como negativo, o silêncio, ao ser “revelado”, exposto, ao ser o sintoma, inverte a lógica dessa compreensão teórica, fazendo do silêncio por um caminho não negativo mas positivo, uma vez que o silêncio, diferente do implícito, não tem uma relação somente com o dizer. Ele existe dentro da articulação, da formulação do próprio processo discursivo.

No intuito de deixar mais visíveis as afirmações anteriores, tomemos a imagem abaixo, retirada do site www.noticiasr7.com.



Fonte: Portal R7.

Figura 1 – Imagem retirada do site R7, ligado à Rede Record

Centraremos a nossa atenção mais especificamente no enunciado “Violência contra a mulher”. Com base na teoria dos implícitos, postulada por Ducrot (1987), no enunciado em questão, por conta de uma estratégia argumentativa, o locutor silencia ao alocutário

quem é o autor da violência e também que tipo de violência é cometida contra a mulher. Trata-se, portanto, de um silenciamento deliberado, isto é, denuncia-se a violência, mas não se explicita o autor e nem o tipo de violência praticada.

No entanto, na abordagem discursiva proposta por Orlandi (2007), embora engendrada em outro cadinho epistemológico, enunciado em questão é a materialização mesmo da contradição discursiva que toma os sujeitos. Ou seja, é o lugar enunciativo em que um sujeito que pretende denunciar a violência contra a mulher contribui inadvertidamente para a manutenção dessa violência, visto que retoma interdiscursivamente todo um conjunto de discursos, construídos historicamente na nossa sociedade patriarcal, que autorizam os mais variados tipos de violência dos homens contra as mulheres.

SILÊNCIO FUNDADOR E POLÍTICA DO SILENCIAMENTO

Por um lado, o silêncio fundador é aquele que existe nas palavras, que significa o não dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo condições para significar. Fundador não como discurso originário nem como absoluto, mas como movimentação de sentidos. Isto é, a possibilidade de lidar com a contradição constitutiva dos sujeitos. O Eu/Outro com o “um” e com “múltiplo”. Portanto, silêncio fundador como não dito que é história e que, dada a necessária relação do sentido com o imaginário, é também função da relação necessária entre língua e ideologia. O silêncio trabalha então essa necessidade:

E quando dizemos fundador estamos afirmando esse seu caráter necessário e próprio. Fundador não significa aqui ‘originário’, nem o lugar do sentido absoluto. Nem tampouco que haveria, no silêncio, um sentido independente, auto-suficiente, preexistente. Significa que o silêncio é a garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio (ORLANDI, 2007, p. 23).

Por outro lado, a política do silêncio se subdivide em: 1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não dizer (uma palavra apaga necessariamente outras palavras); 2) silêncio local, que se refere à censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura).

Portanto, existe, por essa teoria, uma incessante busca pelo dizer, pelo falar, pelo confessar, e nos excessos do dizer, que, às vezes, se expõem em contradições e equívocos em sintomas linguísticos. “Ele [o silêncio] é, sim, a possibilidade para o sujeito trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do “um” com o “múltiplo”, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa (ORLANDI, 2007, p. 24) .

Mas esse silêncio, em equívocos e contradições, se dá em indícios, pistas, em sintomas. Para isso ser interpretável, Orlandi (2007, p. 64) propõe uma fórmula interessante que nos servirá de base para analisar os dados ora trazidos. A fórmula é: para dizer X, é preciso não dizer Y.

ANÁLISES DE ALGUNS CASOS

Vejam os primeiros exemplos. Talvez a onda de comentários e debates fortemente conservadores e, às vezes, reacionários e preconceituosos, que desde há muito tempo se passa no Brasil, trouxe à enseada dos debates públicos discursos que estão em recorrência, claramente partes de uma polêmica constituída.³ Desta enxurrada de discursos a favor e/ou contra si mesmos, há algum tempo apareceu uma polêmica, que lembramos neste texto, entre a cantora Joelma paraense, da banda brasileira Calypso, e o escritor brasileiro de novelas da Rede Globo, Aguinaldo Silva, polêmica esta que parece trazer à luz a fórmula do silêncio.

A cantora supostamente disse à revista *Época*: “Já vi muitos se regenerarem. Conheço muitas mães que sofrem por terem filhos gays. É como um drogado tentando se recuperar”. O Aguinaldo Silva a rebateu, via Twitter, ao, supostamente,⁴ declarar que “Joelma canta mal, dança mal, rebola mal, se veste mal e quando abre a boca. Só fala besteira” (DEPOIS DE CRITICAR JOELMA..., 2013).

Na sequência, em entrevista ao site *Ego*, a cantora tentou se retratar ao dizer: “se eu fosse homofóbica, não teria amizade com gay. O que eles fazem é problema deles, não tenho nada com isso. Não fiz nada para agredi-los e não tenho esse direito. Mas sou contra o casamento gay. Seria o mesmo que eu concordasse que meu filho gay se casasse. Uma mãe quando sonha coisas para o filho só sonha coisas boas”.

Do ponto de vista da eficácia de sua argumentação, Joelma apenas ratificou seu posicionamento, que anteriormente silenciara, negando-o como um discurso homofóbico. Explica-se: ela começa sua argumentação com a sentença condicional “se eu fosse homofóbica, não teria amizade com gay” Portanto, tentou se afastar da pecha da homofobia, que, por seu turno, responde ao primeiro discurso seu, assim como ao que foi polemizado por Aguinaldo Silva.

A isso, ela adiciona outros predicados que lhe fariam, em sua concepção, uma pessoa não homofóbica. Todavia, no arremate de sua argumentação de defesa, surge um equívoco que indicia o que foi silenciado no processo de produção discursiva, que abre um expediente sintomático para discursos que corroboram para o encaixe discursivo historicamente já significado em termos de homofobia. E não se trata de aceitar ou não o casamento gay, mas o que vem em sequência: “Seria o mesmo que eu concordasse que meu filho gay se casasse. Uma mãe quando sonha coisas para o filho só sonha coisas boas”.

³ Embora muito pertinente para dar conta de compreender enunciativamente, sobretudo, as polêmicas midiáticas, não mobilizamos neste artigo os trabalhos de Ruth Amossy sobre polêmica, materializados no livro *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto, 2017.

⁴ Dizemos ‘supostamente’, nas duas declarações, porque nossa leitura dos fatos somente se deu pelo site (indicado na sequência) e, portanto, não podemos atestar a fidelidade entre o declarado e o publicado, haja vista que há muitas interferências editoriais, por destacamentos, aforizações, entre outros, como bem aponta Dominique Maingueneau em sua teoria sobre frases sem texto (cf. MAINGUENEAU, 2014).

Do ponto de vista argumental, o sujeito interdiscursivo mostra a sua cara, visto que irrompe uma falha no ritual discursivo de sua defesa. Se ela não tem problemas com gays, segundo suas palavras, porque, então, assevera que, ao consentir que um filho gay se case, estaria contrariando seu sentimento materno de querer somente coisas boas a seu filho? Este último trecho do discurso de Joelma coloca em antagonismo dois conjuntos de sentidos: não tenho nada contra os homossexuais, inclusive tenho amigos, logo simpatizo com eles versus sou uma mãe – e reúno aqui todos os históricos valores positivos em relação à maternidade – e quero só coisas boas a meu filho, o que não inclui vê-lo casar-se por fruto do amor em uma relação homoafetiva.

Portanto, nesse espectro amoroso-maternal não está incluído, pois observamos a presença do advérbio excludente “só”, mobilizar uma orientação de sentido em que os bons sonhos que uma mãe pensa para os filhos possam passar pelo direito matrimonial entre homossexuais. Há uma incongruência de argumentos no discurso da cantora. Neste dito corrobora-se, complementando, seu discurso primeiro, polemizado pelo escritor da Rede Globo de Televisão, isto é, um discurso supostamente homofóbico. Dito de outro modo, com base na Teoria do Silêncio de Orlandi (2007), ao levar em conta a teoria do silêncio, para dizer X, é preciso não dizer Y, por isso Joelma, para dizer X = “só sonha coisas boas”, traz junto, em seu enunciado, o excesso em silêncio do que é para não dizer, para não dizer Y = “não sou homofóbica”. Todavia, este Y retorna em equívoco do silenciado que anula a suposta correção argumentativa de não se passar por homofóbica, esfumando seu argumento em vistas de se salvar. Em outros termos, e à luz dos postulados de Michel Pêcheux, os sentidos que a locutora empurra porta a fora: não ser homofóbica – não tenho nada contra os homossexuais, inclusive tenho amigos, logo simpatizo com eles, retornam com toda a força pela janela: só quero coisas boas para o meu filho, dentre elas, que ele não case com um gay. Convém destacar que o retorno desse sujeito interdiscursivo homofóbico não está implícito, como talvez pudéssemos pensar a partir de Oswald Ducrot, ou de outra teoria, que postula o sujeito intencional, ele está na verdade materializado linguisticamente.

Outro exemplo que concorre para esta mesma compreensão se dá em uma entrevista concedida pelo ex-jogador de Futebol e, atualmente, comentarista esportivo dos canais *Fox Sports*, Edmundo. “O animal”, designação que lhe foi cunhada nos tempos de jogador pelo narrador esportivo Osmar Santos. O ex-atleta palmeirense concedeu uma entrevista ao site UOL, em sua seção de Esportes (2016), na qual e por meio da qual faz uma série de observações acerca de sua carreira profissional e da sua vida pessoal. Entre essas observações, Edmundo comenta acerca de um de seus filhos, Alexandre, homossexual em sua orientação sexual.

Questionado sobre a orientação sexual de Alexandre, Edmundo aprova ‘Acho até bacana da parte dele assumir (a homossexualidade). Tem muita gente que esconde, que faz coisas bem piores. Não tenho nenhum problema com sexualidade. Eu sou desprovido desse tipo de pensamento’

‘Tive a oportunidade de conversar com ele. Acho que cada um tem direito de ter a sua opção sexual. A única coisa que eu pedi – e eu nem tenho muito direito de cobrar – é o comportamento. Um comportamento de homem perante a sociedade. Homem de caráter. Socialmente, os princípios que meu pai me ensinou. Nesse quesito ele é nota 10’, diz Edmundo sobre Alexandre, que mora em São Paulo, onde tenta carreira de estilista.

Com base na Teoria do Silêncio de Orlandi (2007), observa-se pela citação da fala de Edmundo que há certa dissonância entre aquilo que ele apresenta em seu dizer, X, que está em um primeiro conjunto de enunciados, marcado em suas palavras, em sua expressão mais assertiva de não preconceito por: “Acho bacana da parte dele assumir”; “Não tenho nenhum problema com sexualidade. Eu sou desprovido desse tipo de pensamento; “Acho que cada um tem direito de ter a sua opção sexual”; e o que veio de um retorno no não dito em Y, num segundo conjunto de enunciados dado em: “A única coisa que eu pedi – e eu nem tenho muito direito de cobrar – é o comportamento”; “Um comportamento de homem perante a sociedade. Homem de caráter”; “Socialmente, os princípios que meu pai me ensinou. Nesse quesito ele é nota 10”.

Assim observado, o entrevistado demonstra um equívoco, no sentido literal deste termo, entre aquilo que conjura em sua asserção sobre a sexualidade e aquilo que discursivamente se alia à outra ponta enunciativa, isto é, o complemento de sua compreensão social, histórica e cultural do que vem a ser um homossexual diante da sociedade. Ao observarmos o todo de sua enunciação discursiva, temos que o discurso de Edmundo contém uma forte contradição, uma dissonância entre o que suas palavras parecem dizer e o que sua condição de sujeito histórico parecem dizer.

O primeiro conjunto de enunciados se contrapõe ao segundo conjunto, uma vez que é asseverado no primeiro que o sujeito pode assumir (e Edmundo acha uma atitude positiva, por meio da gíria conotada pela palavra bacana, algo positivo “Acho bacana”), que o sujeito Edmundo se encontra na posição histórica de quem não tem problemas com sexualidade, portanto os preconceitos ideológicos não poderiam ou deveriam se manifestar, ou dizendo, ainda, do direito de qualquer sujeito optar por qualquer coisa na sociedade “Tem o direito de ter”, um dos supostos pilares jurídicos da sociedade de modo de produção capitalista, simbólico e material, e do sujeito burguês emergido desse mesmo modo de produção, destoa-se fortemente dos sentidos enunciativos de um segundo conjunto de enunciados e, mais ainda, de seus efeitos de sentido, pois exigir certo comportamento é, em muitas medidas, cobrar uma normatividade, excluindo outras.

Nesse sentido, o sujeito, então, pode ser livre para se manifestar, desde que em um dado espectro de comportamento. O sujeito pode se manifestar, mas deve manter “Um comportamento de homem perante a sociedade. Manter um comportamento de homem, inscreve-se numa formação socioideológica e em posições sociais que estão alinhadas a feixes de compreensões de sentido e efeitos de sentidos atinadas ao comportamento heterossexual, algo que para Edmundo já não estava mais em questão, dado que o sujeito pode se assumir e pode ser homossexual.

Ainda que exista uma atenuante na modalização do discurso de Edmundo, porque associa homem a caráter, há a contradição presente e manifesta nos sentidos e efeitos de sentidos também deste enunciado. Como se caráter fosse um valor, algo de única e exclusivamente de “homens”, excluídos, portanto das outras orientações sexuais, inclusive a homossexual. Isso sem contarmos o que pode trazer de sentidos do enunciado, não analisado e destacado aqui, “Tem muita gente que esconde, que faz coisa bem piores”.⁵

Assim, ao dizer X, em linhas gerais, “tem de ser homem de caráter”/”tem de ser homem perante a sociedade”, e, então, pode se assumir o que e como desejar, Edmundo precisa não dizer Y: “gay só pode se assumir tendo caráter de homem/O conceito de homem que lhe foi passado pela tradição familiar”; no entanto, Y retorna criando uma falha argumentativa em X, mobilizando o que foi silenciado, mas que se apresenta em excesso no dizer do processo discursivo da entrevista concedida por meio do sintoma linguístico que contradiz X. Mais uma vez, o sujeito interdiscursivo homofóbico mostra a sua presença, deixando explícito o seu posicionamento preconceituoso em relação aos homossexuais.

Outro caso em questão, que se assemelha aos já descritos, é de uma entrevista do político, professor de direito e que foi candidato à presidência do Brasil, restando em terceiro lugar, no pleito de 2018, Ciro Gomes. Em uma entrevista ao programa *Na Sala do Zé* (2017), do jornalista José Trajano, a 1:17:32 da entrevista, Ciro começa a falar acerca do fascismo e o que esta ideologia intolerante representa para sociedade.

eu fui governador e mataram... um grupo de neonazista matou um cearense a chutes, aqui. E eu até cometi uma coisa, eu chamei os caras de veados e evidentemente isso reproduz cultura, eu já aprendi isso, mas eu não quis chamá-los de homossexuais, eu quis chamar da pior coisa que eu pensei na época ...

É possível compreender que, na mesma linha de argumentação dos exemplos anteriores, Ciro Gomes faz uma compreensão dissonante entre aquilo que ele sabe que identifica a homossexualidade em nossa sociedade e o efeito de sentido para se fazer entender acerca dessa temática.

O enunciado “mas eu não quis chamá-los de homossexuais, eu quis chamar da pior coisa que eu pensei na época” coloca em relação de simetria de sentido discursos e compreensões discursivas que são ideologicamente assimétricas, posto que, tal qual “escapou” como a evidência de sentidos para se dizer acerca do tema, o conceito de homossexuais é igual à pior coisa que o sujeito representado no enunciadador Ciro Gomes pensou na época. A pior coisa como paradigma de referência, na época, era ser veado, que é uma designação pejorativa para sujeitos de orientação homossexual. Com base na Teoria do Silêncio de

⁵ Assumamos por ora, neste tempo-espço do texto, que coisas piores não estejam ligadas também à compreensão mais atávica de Edmundo sobre sexualidade, e sim a outras como roubar, se corromper e/ou corromper, matar etc.

Orlandi (2007), portanto, para dizer X: mas eu não quis chamá-los de homossexuais, foi preciso silenciar discursivamente “eu quis chamar da pior coisa que eu pensei na época”, que retorna em Y como sintoma do equívoco argumentativo. Apesar de o advérbio “na época” modalizar um pouco o efeito da predicação “chamar da pior coisa que pensei”, temos também o sujeito interdiscursivo homofóbico retornando janelado adentro e firmando sua posição enunciativa preconceituosa em relação aos homossexuais.

Em outro exemplo a ser analisado, temos um vídeo publicado aos 30 de outubro de 2018, logo depois das eleições presidenciais brasileiras, no qual o Pastor Evangélico Silas Malafaia recebe em sua pregação, na Igreja Assembleia de Deus: vitória em Cristo, o presidente recém-eleito, Jair Messias Bolsonaro. No vídeo, há toda uma apresentação afetiva dos primeiros encontros entre os dois, das primeiras aproximações, indicando, portanto, uma relação de proximidade entre os dois evangélicos, e há ainda a palavra do próprio presidente aos fiéis, num discurso dividido em três partes, conforme o próprio Silas Malafaia explica, no minuto 2:07:

Eu, Bolsonaro, vou deixar você dar uma palavra, vou fazer uma oração por você e vou liberar, porque isso é algo que Deus me deu e eu não sou melhor do que ninguém, mas eu tenho uma voz profética nessa nação. Eu vou liberar uma palavra profética sobre você e seu governo. Então, com a palavra o presidente do Brasil.

Dessa forma, vamos nos concentrar em análise na última parte do discurso do pastor Malafaia, isto é, em sua palavra profética ao presidente, que começa no minuto 12:00 do vídeo. No discurso, já com a voz embargada e trêmula, o pastor diz:

Porque a Bíblia diz uma coisa, Bolsonaro, em primeira Coríntios, capítulo 1, a partir do versículo 27: Deus escolheu as coisas loucas para confundir as sábias, Deus escolheu as coisas fracas, para confundir as fortes. Agora a coisa vai ser mais profunda: Deus escolheu as coisas vis, de pouco valor, as desprezíveis, que podem ser descartadas, as que não são, que ninguém dá importância, para confundir as que são, para que nenhuma carne se glorie diante dele...É por isso que Deus te escolheu.

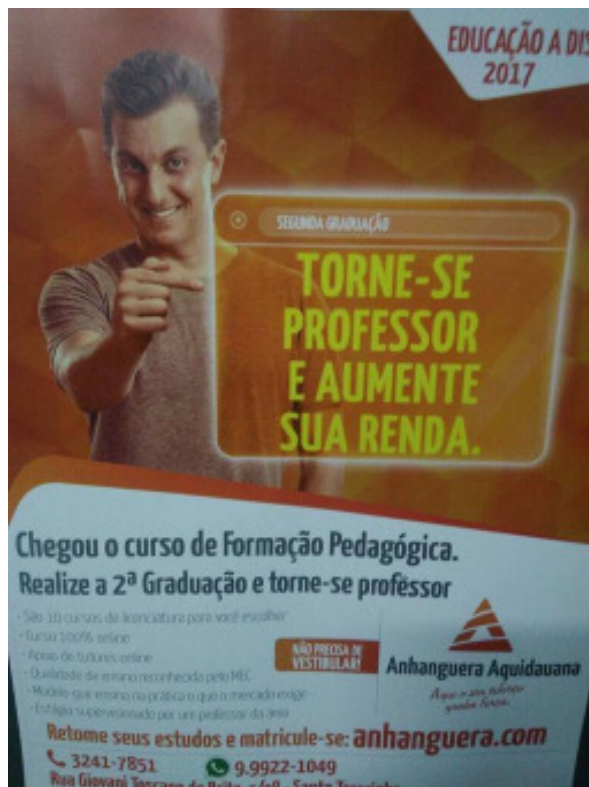
Analisando da perspectiva discursiva do silêncio, especificamente, com base na Teoria do Silêncio de Orlandi (2007), na fórmula para dizer X, é preciso não dizer Y, a argumentação profética do Pastor traz alguns problemas, pois, para elaborar seu discurso acerca do presidente, profetizando-o como líder da nação, aquele que, segundo Malafaia, foi o escolhido pelo povo e também por Deus, Silas Malafaia produz a enunciação de seu discurso, o qual se ancora na palavra divina, citando a palavra de Deus, por meio da Bíblia, silenciando diversos outros discursos que ao longo da campanha e no pós-campanha buscavam desfazer essa suposta imagem profética de Jair Bolsonaro, tentando, com isso, a compreensão dos fiéis de que na verdade Bolsonaro é um escolhido, líder capaz de atravessar e conduzir a nação diante dos problemas do Brasil.

Dito de outro modo, para dizer que o presidente eleito é a melhor pessoa que a Nação já escolheu e que irá ser melhor presidente, Malafaia diz X com a palavra de Deus, elencando os elementos que fariam de Bolsonaro esse escolhido, para não dizer Y, em que palavras silenciadas diriam que ele faz parte dos mesmos esquemas, dos mesmos problemas da política chamada tradicional, dos governos, sobretudo e quase exclusivamente petistas, na visão do Pastor, que trouxeram tanto sofrimento ao país, e de que não irá ser um bom presidente. Entretanto, X é um discurso bíblico em que diz que a escolha de Deus, por meio do povo, foi pelas “coisas loucas para confundir as sábias, Deus escolheu as coisas fracas, para confundir as fortes. Agora a coisa vai ser mais profunda: Deus escolheu as coisas vis, de pouco valor, as desprezíveis, que podem ser descartadas”. Ou seja, para não dizer Y, o silenciado em relação a outras práticas e a outros discursos, Malafaia enuncia que o presidente é a escolha vil, louca, desprezível, e ainda a confirma no final: “É por isso que Deus te escolheu”.

Do ponto de vista da argumentação discursiva, profética e supostamente elogiosa, o silêncio, no discurso do pastor, emerge como justamente a negação das virtudes de Bolsonaro. No discurso do vídeo, a escolha se deu por alguém vil para melhor conduzir a nação. O silenciado, neste caso, traz uma contradição entre aquilo que é profético, positivo, auspicioso, portanto desejado ao presidente e à nação pelo Pastor, e aquilo que realmente está dito, emergido do que a todo tempo Malafaia tentou silenciar. O sujeito interdiscursivo que vê em Bolsonaro o resultado de uma escolha vil, louca, de pouco valor retorna com toda a força janela adentro. Mais uma vez cumpre destacar que não se trata de um discurso implícito como postulado por Ducrot, mas um já-dito, produzido antes, independentemente e em outro lugar mostrando a sua cara, irrompendo no dito do locutor, numa emersão de silêncios em retorno.

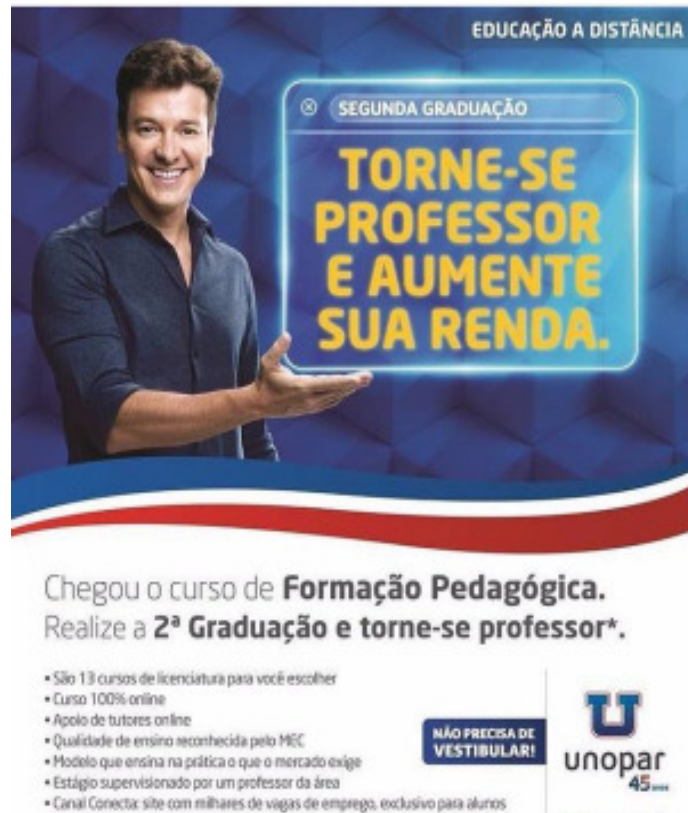
Em um outro exemplo ainda, temos duas publicidades do ano de 2017, referentes à graduação em ensino superior. Essas peças trouxeram polêmica ao circular discursos que silenciavam questões fundamentais sobre professores. As duas publicidades fazem circular um discurso de que se graduar em cursos tais como pedagogia, com clara formação docente, seria uma forma de aumentar a renda, ou, dizendo de um modo mais popular, seria uma espécie de “bico”.

Na página seguinte, as figuras 2 e 3:



Fonte: Catraca Livre (2017).

Figura 2 – Publicidade de uma rede de ensino superior com o artista global Luciano Huck



Fonte: Catraca Livre (2017).

Figura 3 – Publicidade de uma rede de ensino superior com o artista Rodrigo Faro

Com dizeres idênticos, provavelmente por serem parte de uma mesma *Holding* de ensino superior, o Grupo Kroton, ambas as publicidades (Figuras 2 e 3) possuem os dizeres principais: “Segunda graduação: Torne-se professor e aumente sua renda”, complementados por “Chegou o curso de Formação Pedagógica. Realize a 2ª Graduação e torne-se professor”

Ao se pensar em uma teoria do silêncio, como a perquirida por Orlandi (2007), compreende-se que, para se dizer X: “torne-se professor e aumente sua renda”, é preciso silenciar Y, qual seja, que a profissão de professor é vista, no discurso da publicidade, como algo de segunda profissão, segundo trabalho, trabalho que complementa a renda, isto é, algo que as pessoas podem trabalhar, por exemplo, de dia com qualquer coisa e, à noite, já fora de seu horário comercial, como professor, algo que, pela propaganda, não requer muito preparo, somente a “segunda graduação”, a ser complementado, que é possível e se pode fazer como segundo plano. Tem-se aqui novamente o sujeito interdiscursivo, que compreende o trabalho docente como algo menor, que após expulso pela porta, retorna com toda a força pela janela.

Depois de muita polêmica em torno da contradição, do equívoco e do mal-entendido que esse discurso veiculado nas propagandas produziu nesse processo entre o dito e o silenciado, essas peças publicitárias foram tiradas de circulação após a publicação de uma nota de esclarecimento em uma rede social por parte da UNOPAR.⁶ A publicação da nota de esclarecimento e a conseqüente retirada das publicidades atestam por um lado o quanto os sujeitos, por mais contra intuitivo que esta asserção possa parecer, não têm ingerência alguma sobre os seus discursos, como estes últimos não se deixam governar por atos deliberados dos locutores e, por outro, os equívocos e as contradições também são o fruto de um posicionamento ideológico, isto é, se apresentam como a manifestação dos valores de um determinado grupo social em permanente litígio com os valores de outros grupos.

PALAVRAS FINAIS E POSSIBILIDADE DE DERIVA TEÓRICA

Nosso interlocutor poderia esperar de nossa parte um diálogo entre os postulados de Ducrot sobre os implícitos e as proposições de Eni Orlandi sobre a sua Teoria do Silêncio. Todavia, além de este diálogo não se constituir como o objetivo central deste artigo, que se resume a testar a fecundidade da teoria proposta por Orlandi, ampliando, se possível, o seu escopo conceitual, em dados distintos dos quais frequentou, trata-se de um

⁶ Nota da UNOPAR e da Anhanguera diante das críticas dos internautas acerca das peças publicitárias: “Erramos. Nós, da Unopar, pedimos desculpas pela mensagem equivocada sobre a função e a importância dos professores. A campanha de marketing que causou mal-estar não representa o que nós, como instituição de ensino, acreditamos e foi retirada do ar. Lamentamos profundamente ter causado desconforto aos profissionais da educação. Nossa intenção com o curso de Formação Docente é incentivar que profissionais já formados possam ter também essa habilitação. Acreditamos que, promovendo a docência, temos o caminho para o desenvolvimento social e econômico do país”.

objetivo para um outro gênero acadêmico, uma tese de doutorado, talvez. De forma intencional ou não – não é questão para teorias discursivas de matriz francesa esta questão da intencionalidade – fato é que as aparentes contradições e equívocos argumentativos mostram quanto os sentidos escapam aos sujeitos, em falhas, fazendo, dessa maneira, transparecer aquilo que, por vezes, está na relação entre o opaco e o transparente aos próprios sujeitos dos discursos e, mais ainda, sentidos que estão aquém e além deles e que não se deixam aprisionar em diques semânticos de qualquer natureza, como bem apontam as teorias discursivas. Com efeito, essas falhas, esses equívocos são da ordem da língua e no mesmo processo são também da ordem da história, portanto passíveis de descrição e de interpretação.

Nos casos da mídia cotidiana, aqui trazidos para as análises parece haver um elemento que se excede e se sucede a esses equívocos e a essas contradições, surgindo como pistas, indícios, sintomas nas argumentações. Casos que buscamos abordar pela perspectiva da teoria do silêncio de Eni Orlandi. De base materialista e derivada também da teoria francesa do discurso, o silêncio para a autora brasileira é a própria forma de se estar em sentidos na linguagem, sobretudo na modalidade discursiva. Há sempre uma incompletude do dizer, num silêncio que atravessa as palavras, mas que pode ser compreendido emergindo em indícios nos discursos.

A relação entre o silêncio e o equívoco, do aparente sem sentido, trazidos pela formulação entre um dizer X, que busca emergir, e um Y que se silencia, mas que, nos casos analisados, sempre vem à tona, mostrando a sua cara interdiscursiva, o já-dito pensado antes independentemente em outro lugar. Assim, esse silenciado em Y retorna no sintoma do equívoco linguístico da argumentação discursiva dos casos aqui arrolados. Está em diferentes atos de linguagem que, em última instância, retêm/detêm o silêncio, assim em tentativas de reforçá-los e/ou evitá-los, mesmo, nestes casos, crendo o sujeito em reparar ou expor em seus argumentos do discurso o mais cristalino pensamento e reflexão de seu projeto de dizer.

Embora pouco numerosos, os fatos em análise nos mostram o quanto a Teoria do Silêncio proposta pela pesquisadora brasileira Eni Orlandi é produtiva para pensar a linguagem fora de um quadro estruturalista, formalista ou mesmo funcionalista, que advoga o tratamento da linguagem em uso, sem prescindir da língua e, no mesmo processo, compreender a relação desta última com a história e com a ideologia. Cumpre destacar que a Teoria de Eni Orlandi, diferentemente do que dizem alguns de seus críticos, não é uma diferente designação para a noção de formação discursiva. Nesta última, tomando o discurso como objeto, Pêcheux está preocupado estritamente com relação entre linguagem, sujeito e ideologia. Na teoria do silêncio, Orlandi parte da relação entre linguagem, sujeito e ideologia para explicitar o papel crucial do silêncio (e não do discurso) na constituição da linguagem e conseqüentemente dos sujeitos na sua relação umbilical com a ideologia.

Conforme enunciado, o objetivo precípua deste artigo foi o de mostrar a fecundidade da Teoria do Silêncio e ampliar, mesmo que minimamente, o seu escopo conceitual. Uma teoria pensada, trabalhada e desenvolvida em solo brasileiro, o que se faz muito importante

em nossa afirmação e constituição científica, e aqui apresentada tomando como corpus de dados de mídia cotidiana, dados a circular em diversos dispositivos de comunicação discursiva. Dito isso, podemos dizer que, em uma pesquisa mais exaustiva, com mais casos semelhantes em análise, dada a sua heurística positiva, seria possível propor uma reformulação da própria fórmula de Orlandi, em que se teria “para dizer X, é preciso (não) dizer Y”, caso em que os parênteses no “não” seriam justamente essas contradições ditas e silenciadas. Em face dessa possibilidade de deriva da fórmula, temos um dado bastante interessante a analisar. Ainda que não exaustivo também, uma polêmica em um acontecimento recente se deu com a publicação, pelo Governo do Estado do Paraná (2018), do Edital Número 01 do Concurso Público Destinado ao Preenchimento de Vagas no Cargo de Cadete Policial Militar da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Em sua primeira versão, publicada em 9 de agosto de 2018, no Anexo II, que trata da avaliação do perfil profissiográfico – avaliação psicológica dos candidatos – no item C31, *Masculinidade*, estava descrito: “Capacidade de o (sic) indivíduo em não se impressionar com cenas violentas, suportar vulgaridades e não emocionar-se facilmente, tampouco demonstrar interesse por histórias românticas e de amor”. Para passar no concurso, o candidato deveria ter pontuação regular ou maior nesse quesito.

Por ser considerado preconceituoso e discriminatório por diversos atores sociais e também por Instituições, como o Conselho Regional de Psicologia e também Ordem dos Advogados do Brasil – PR, como atestam as asserções abaixo, o Edital foi retificado.

De acordo com as instituições citadas:

Está recheado de preconceito de discriminação da forma como é colocado. Você pode avaliar uma mulher, ela tendo toda essa capacidade de enfrentamento de uma situação difícil, capacidade de analisar todas as variáveis que estão envolvidas nessa situação, planejar a sua ação a partir da avaliação que ela faz das consequências que a ação dela vai ter, então, isso a gente não pode chamar de masculinidade (Mari Angela Oliveira, Conselho Regional de Psicologia do Paraná, *in* JORNAL NACIONAL, 2018).

Isso pode gerar constrangimentos enormes para os candidatos. Nós entendemos que isso vai gerar um número elevado de ações judiciais, que podem, inclusive, comprometer a própria regularidade do concurso (José Augusto Araújo de Noronha, presidente da OAB-PR, *in* JORNAL NACIONAL, 2018).

Em nota, a Polícia Militar do Paraná “esclareceu que está promovendo o ajuste no termo que gerou a polêmica, para ‘Enfrentamento’, sem prejuízo à testagem psicológica necessária à definição do perfil profissiográfico exigido para o militar estadual”. Interessante observar que, na Nota de Esclarecimento da PM do PR, o termo masculinidade também não aparece. Este é substituído por uma oração adjetiva “que gerou a polêmica”. Com esse silenciamento já na Nota de Esclarecimento, busca-se o apagamento de um legado discursivo, sobre o qual o locutor não gostaria de ter mais nada o que dizer.

Na retificação do Edital, publicada em 13/08/2018 (disponível no mesmo site, nota de rodapé 13), o quesito C31 *Masculinidade* foi substituído pelo termo *Enfrentamento*: “Capacidade de o (sic) indivíduo em não se impressionar com cenas violentas, suportar vulgaridades e não emocionar-se facilmente”. Para passar no concurso, o candidato deveria também ter pontuação regular ou maior nesse quesito.

A substituição de *Masculinidade* por *Enfrentamento*, bem como a supressão da frase “tampouco demonstrar interesse por histórias românticas e de amor”, inicialmente presente na definição do primeiro quesito de avaliação psicológica, é um exemplo lapidar do funcionamento discursivo do silêncio a partir da fórmula “para dizer X, é preciso (não) dizer Y”. O termo *Masculinidade*, como um quesito a ser cobrado em avaliação psicológica, sobretudo em um gênero textual-discursivo como um Edital de Concurso Público, está completamente desajustado às memórias discursivas vigentes na nossa sociedade. Trata-se, no entendimento de Marie-Anne Paveau (2015) de um discurso não virtuoso, isto é, um discurso que não está mais ajustado aos valores eticamente vigentes em nossa sociedade.

No contexto de um Edital de Concurso Público, *Masculinidade*, um sentido historicamente apenso aos homens, não pode mais figurar como um quesito a ser cobrado na avaliação psicológica dos candidatos, visto que, na atual conjuntura histórica, esse termo se apresenta como um ato de linguagem com valor ético negativo – preconceituoso e discriminatório. Já *Enfrentamento*, embora com praticamente as mesmas definições históricas e estereotipadas de *Masculinidade*, dado que assevera a “Capacidade de o indivíduo em não se impressionar com cenas violentas, suportar vulgaridades e não emocionar-se facilmente”, apresenta-se como um ato de linguagem de valor ético positivo, uma vez que o seu sentido mais usual está apenso à própria profissão do policial.

Referências

ABRAHÃO SOUSA, L. O silêncio existe para (não) poder dizer. In: BARONAS, R. L. *Estudos discursivos à brasileira: uma introdução*. Campinas: Pontes, 2015. p. 27-37.

BARONAS, R. L. *Estudos discursivos à brasileira: uma introdução*. Campinas: Pontes, 2015.

CATRACA LIVRE. Huck e Faro menosprezam professores em campanha, dizem seguidores. 18 ago. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2L2g7w6>. Acesso em: 21 dez. 2018.

DEPOIS de criticar Joelma, Aguinaldo Silva diz que foi ameaçado de morte por fãs da cantora. *Yahoo Vida e Estilo*. 31 mar. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2WV4pFQ>. Acesso em: 18 nov. 2018.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

- DUCROT, O. *Polifonía y Argumentación*. Conferencias del Seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1990.
- JORNAL NACIONAL. Concurso da PM do Paraná tem quesito polêmico: masculinidade. 13 ago. 2018. Disponível em: <https://glo.bo/2FmsL5q>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- MACHADO, J. C. *O paradoxo a partir da teoria dos blocos semânticos: língua, dicionário e história*. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, 2015.
- MAINGUENEAU, D. *Frases sem texto*. São Paulo: Parábola, 2014.
- MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso*. Campinas: Pontes, 2003.
- NA SALA do Zé, nº 9, Ciro Gomes. 10 ago. 2017. 1 vídeo. (ca. 98 min). Especial com Ciro Gomes, Com José Trajano; Laura Carvalho, economista, professora e colunista da Folha; Natalia Viana, repórter e diretora da Agência Pública; José Roberto de Toledo, jornalista e colunista do Estadão. Disponível em: <http://bit.ly/2L1z3ez>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- PARANÁ. Governo do Estado. Edital nº 01-CADETE PMPR-2019. Concurso Público Destinado ao Preenchimento de Vagas no Cargo de Cadete Policial Militar da Polícia Militar do Estado do Paraná. 09 ago. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2WEOEDk>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- PASTOR SILAS MALAFAIA. Bolsonaro ao vivo na igreja que sou pastor. 30 out. 2018. 1 vídeo. (ca. 15 min). Disponível em: <http://bit.ly/2WNZgiR>. Acesso em: 29 dez. 2018.
- PAVEAU, M.-A. *Os pré-discursos: sentido, memória e cognição*. Campinas: Pontes, 2013.
- PAVEAU, M.-A. *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*. Tradução de Ivone Benedetti. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora Unicamp, 1988.
- PORTAL R7. Disponível em: <http://bit.ly/2FnJ3ei>. Acesso em: 17 jan. 2019.
- UOL Esportes. 16 ago. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2N8Boqu>. Acesso em: 12 ago. 2017.